

**AMAZÔNIA** Pesquisa feita por cientistas do instituto que prevê 42% de desmatamento em 2020 foi criticada pelo governo

# Diretor do Inpa defende estudo polêmico

KÁTIA BRASIL

DA AGÊNCIA FOLHA, EM MANAUS

O diretor do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), Warwick Kerr, confirmou o apoio da instituição à polêmica pesquisa "O Futuro da Amazônia

- 2020", mas ressaltou que o governo federal tem direito de contestar seus dados e conclusões.

"O ministério (da Ciência e Tecnologia) tem razão em contestar. Alguns dados devem ser contestados, todo trabalho de futurologia tem um grau de erro, mas aponta

para ações de mudanças", afirmou Kerr. "Em 1979, a taxa de desmatamento fazia prever que a Amazônia fosse acabar em 2003. As taxas foram mudadas e hoje o Amazonas tem cerca de 95% de sua floresta intacta porque não se permitiu o desmatamento."

Kerr esteve em seminário elaborado no Inpa para a defesa da pesquisa, que provocou reações no governo por apontar um risco de desmatamento de até 42% da Amazônia em decorrência de políticas de ocupação integrantes do programa de obras federais Avança Brasil.

O estudo, noticiado pela Folha em novembro e publicado pela revista científica norte-americana "Science" semana passada, recebeu críticas do governo federal, por meio dos ministérios da Ciência e Tecnologia e do Planejamento (leia texto abaixo).

"Eu apóio essa pesquisa e alguma pesquisa que seja prontamente contra essa. A Embrapa está mostrando que 1.400 árvores de pau-rosa são destruídas por ano e

isso é mais do que a taxa de reprodução dessa árvore. E eles descobriram um modo diferente de explorar a árvore. A pesquisa em questão foi bem elaborada", disse.

O auditório de 73 lugares do Inpa ficou lotado durante quatro horas. O estudo tem como autores os americanos William Laurance e Philip Fearnside, do Departamento de Ecologia do Inpa, Mark A. Cochrane, Scott Bergen, Christopher Barber, além dos brasileiros Patrícia Delamônica, Sammy D'Angelo e Tito Fernandes. O trabalho foi financiado pelo Smithsonian Institute, que há mais de 20 anos desenvolve projetos em parceria com o Inpa.

Segundo Fearnside, especialista em pesquisas sobre mudança climática, efeito estufa e desfloresta-

mento, as taxas de desmatamento foram calculadas com as metas do próprio Avança Brasil.

Ele contestou os dados do Ministério da Ciência e Tecnologia, que apontou uma estimativa de 25% de desflorestamento da cobertura nativa da floresta para 2020. "Os dados do ministério é que são de 15 anos atrás. Esse dado é sem o Avança Brasil. Nossa projeção incluiu o passado e mais os efeitos dessas novas obras. A visão do ministério é simplista", disse o pesquisador.

Ele disse que o estudo coloca em discussão os impactos ambientais do projeto. Para a pesquisadora carioca Patrícia Delamônica, há uma "xenofobia generalizada" no Brasil sempre que se associam estrangeiros ao tema Amazônia.

## Planejamento critica previsões

WILLIAM FRANÇA

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O coordenador do programa Avança Brasil, José Paulo Silveira, disse ontem que "não tem fundamentação concreta" e classificou de exagerado o estudo que projeta o desmatamento de 28% a 42% da Amazônia em 20 anos.

Os investimentos do Avança Brasil são apontados no estudo como o principal responsável pelos desmatamentos, pois estariam sendo abertos e pavimentados mais de 6.000 km de estradas, algumas em regiões de floresta nativa. "Não há um quilômetro novo de rodovia", rebateu Silveira.

Silveira convocou ontem entrevista coletiva para rebater o pesquisador William Laurance, principal autor do estudo e integrante do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) e do Smithsonian Tropical Research Institute. Ele disse que o pesquisador se valeu de "métodos de pes-

quisa deficientes e insuficientes".

"O estudo se valeu de dados e práticas de 15 a 25 anos atrás e os projetou para 20 anos à frente. É um erro conceitual, do qual discordamos", disse. "Impacto há sempre, mas descontrolado, não."

Ele indicou 18 "diferenças de consideração" entre o estudo da "Science" e os levantamentos feitos durante três anos por 180 pesquisadores contratados pelo Ministério do Planejamento.

Na área jurídico-legal, Silveira indicou a lei que estabelece regras para o licenciamento ambiental (de 1981), o Código Florestal (de 1996), que estabeleceu a reserva legal de 80% da área de preservação em investimentos na Amazônia e criou punições severas para os infratores e a Lei de Crimes Ambientais (de 1998).

Silveira anunciou a contratação, até o segundo semestre, de nova análise ambiental estratégica sobre o conjunto de projetos do Avança Brasil na Amazônia.

Class.	Fonte	DATA	INSTITUTO
		25/1/2001 Pg. A16	Documentação